



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

46º EXAME

DE SELEÇÃO DE

ESTAGIÁRIOS

Sede, 1ª, 2ª e 13ª

Procuradorias Regionais

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

- 2019 -

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) **Uma emenda à Constituição da República de 1988 que contemple norma restringindo o direito ao voto apenas aos brasileiros que tenham cursado o ensino fundamental é:**
 - a) Válida, tendo em vista a inadmissibilidade de alegação de direito adquirido em face de normas constitucionais.
 - b) Válida, salvo se publicada na vigência de intervenção federal, estado de sítio ou estado de defesa.
 - c) Inválida, tendo em vista as limitações materiais do poder constituinte derivado reformador.
 - d) Inválida, tendo em vista o conflito com o direito à educação.
 - e) Válida, se aprovada por três quintos dos votos de cada uma das casas legislativas.

- 2) **Os parlamentares são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, pois gozam de imunidade material, sobre a qual é correto afirmar que:**
 - a) Abrange inclusive o parlamentar que esteja licenciado do mandato legislativo, por ter sido investido na função de Ministro.
 - b) É restrita aos atos praticados no interior das Casas Legislativas.
 - c) Abrange quaisquer manifestações de opiniões e palavras, mesmo que fora das Casas Legislativas e sem nexo de causalidade com o exercício da função.
 - d) Abrange as manifestações de opiniões, palavras e votos fora das Casas Legislativas, desde que sejam proferidas no exercício ou em razão do exercício da função legislativa.
 - e) Abrange apenas os atos praticados durante as sessões legislativas ordinárias.

- 3) **O Supremo Tribunal Federal, examinando, em sede de recurso extraordinário, uma norma jurídica que exigia certa altura mínima para a matrícula de alunos nos Cursos de Formação de Bombeiros-Militares, acabou por entender que a norma não é válida para os cargos de Capelão e Médicos, por falta de razoabilidade. Nesse caso, pode-se dizer que houve:**
 - a) Declaração de inconstitucionalidade formal.
 - b) Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto.
 - c) Controle de constitucionalidade concentrado, com efeitos *erga omnes* e *ex nunc*.
 - d) Inconstitucionalidade superveniente.
 - e) Declaração da eficácia transcendente dos motivos determinantes.

- 4) **Qual o meio adequado para questionar, perante o Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal anterior à Constituição?**
 - a) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - b) Ação Civil Pública.
 - c) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
 - d) Representação de Inconstitucionalidade.
 - e) Ação Direta de Inconstitucionalidade.

- 5) **A competência para legislar sobre direito urbanístico é concorrente, de acordo com o art. 24, inciso I, da Constituição da República, de modo que, nesta matéria:**
 - a) Sempre prevalece a norma federal, dado que hierarquicamente superior às dos Estados e Municípios, de modo que, uma vez editada a lei federal, os Estados e os Municípios não mais terão competência para editar normas sobre a matéria.
 - b) Sempre prevalece a norma municipal, tendo em vista o evidente interesse local na matéria urbanística.
 - c) Não poderá haver edição de lei estadual antes de a União editar as normas gerais sobre a matéria.

- d) Se um Estado editar lei com normas gerais, a superveniência de lei federal poderá gerar a suspensão da eficácia das normas estaduais, naquilo que lhe for contrário.
- e) Os Municípios não poderão legislar sobre essa matéria, pois a competência concorrente está limitada à União e aos Estados.
- 6) **O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de uma norma que previa, para servidores públicos, uma licença adotante inferior a 120 dias, entendendo que o prazo mínimo de 120 dias previsto no art. 7º, inciso XVIII, da Constituição da República para a licença à gestante é também aplicável às situações de adoção, tendo em vista a nova realidade social e o atual alcance dos direitos do menor adotado. O entendimento envolveu:**
- Interpretação conforme a constituição.
 - Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto.
 - Emenda Constitucional.
 - Declaração de inconstitucionalidade formal.
 - Mutação constitucional.
- 7) **Acerca das espécies normativas é incorreto afirmar que:**
- As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República.
 - As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta.
 - Não há óbice constitucional à edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar.
 - As leis de iniciativa privativa da Chefia do Executivo podem ser objeto de emenda parlamentar, desde que não haja aumento de despesa.
 - A Constituição da República de 1988 contempla a possibilidade de iniciativa popular de lei.
- 8) **Segundo a Constituição da República, o Presidente da República é competente para dispor, mediante decreto sobre:**
- Criação de cargos públicos federais.
 - Extinção de cargos públicos federais, quando vagos.
 - Direitos previdenciários dos servidores estaduais.
 - Funcionamento da Administração federal, mesmo que implique em aumento de despesa.
 - Vencimentos dos servidores públicos federais.
- 9) **Com relação ao concurso público, a jurisprudência do STF e do STJ sedimentaram o entendimento de que:**
- Os aprovados fora do número de vagas têm direito subjetivo à nomeação e posse.
 - A aprovação dentro do número de vagas gera direito à nomeação e posse imediatas.
 - A realização de contratação temporária durante o prazo de validade de concurso público, implica, por si só e independente de comprovação, na preterição dos candidatos aprovados fora do número de vagas.
 - O postulado do concurso público traduz-se na necessidade essencial de o Estado conferir efetividade a diversos princípios constitucionais, corolários do sistema de mérito, dentre eles o de que todos são iguais perante a lei.
 - O sistema de reserva de vagas para negros viola o princípio do concurso público e da isonomia.
- 10) **Com relação às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta:**
- Às Defensorias Públicas Estaduais é assegurada autonomia administrativa, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de sua proposta orçamentária.
 - Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público.

- c) Desde que haja previsão expressa na Constituição Estadual, cabe ao Ministério Público realizar a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- d) A jurisprudência do STF admite que a Constituição Estadual sofra emenda que crie Procuradoria Autárquica, em paralelo à Procuradoria do Estado, para a consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações estaduais.
- e) É inconstitucional a existência de Procuradoria jurídica junto às Assembleias Legislativas dos Estados e dos Tribunais de Contas.

11) A Constituição apresenta um capítulo próprio disciplinando o sistema tributário nacional. Acerca desse capítulo, é incorreto afirmar que:

- a) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- b) Os Estados poderão instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- c) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- d) Apenas a União pode instituir empréstimos compulsórios, mediante lei complementar.
- e) Aos Estados é vedado instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

12) No que se refere ao sistema orçamentário, marque a opção correta:

- a) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
- b) O plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- c) É vedada a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções dispostas na Constituição, como a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
- d) A lei orçamentária anual pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

13) É correto afirmar que as sociedades de economia mista e as empresas públicas:

- a) São pessoas jurídicas de direito público.
- b) Podem gozar de privilégios fiscais não extensivos as do setor privado.
- c) Não podem desempenhar atividades econômicas.
- d) Sujeitam-se ao regime de direito público, exceto quanto aos direitos e obrigações civis.
- e) Sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas.

14) Com relação aos direitos e garantias individuais, pode-se afirmar que:

- a) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meio ilícito.
- b) Aos litigantes são garantidos o contraditório e a ampla defesa, salvo no âmbito do processo administrativo.
- c) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, observada a necessidade de licença.
- d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.

15) No que se refere ao mandado de segurança coletivo, assinale a opção incorreta:

- a) Protege direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- b) Pode ser concedido quando o responsável pela ilegalidade ou abuso for agente privado, no exercício de funções de natureza particular.

- c) Pode ser impetrado por organização sindical.
- d) Pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
- e) Pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

DIREITO CIVIL:

- 16) Ricardo é credor de uma obrigação cuja prestação consiste na entrega de um boi vivo e cujos devedores são André e Fernando. Nesse caso:**
- a) Ricardo somente poderá exigir o pagamento fazendo tal exigência de forma conjunta e simultânea a André e a Fernando.
 - b) Ricardo poderá exigir o boi de André ou de Fernando.
 - c) Ricardo somente poderá exigir de cada um dos devedores que entregue metade do boi.
 - d) Ricardo somente poderá exigir de cada um dos devedores o correspondente a metade do valor em dinheiro do boi.
 - e) O negócio jurídico do qual decorre a obrigação será nulo, dada a impossibilidade de se exigir seu pagamento.
- 17) Mariana e Janaína celebraram um negócio jurídico pelo qual Mariana tornou-se credora de Janaína de uma obrigação cuja prestação consiste na entrega de um anel de prata. As partes não convencionaram qual seria o lugar do pagamento, nem ajustaram época para tal pagamento. Nesse caso:**
- a) Mariana somente poderá exigir o pagamento depois de decorridos trinta dias da data da celebração do negócio jurídico.
 - b) O pagamento deverá ser efetuado no domicílio de Mariana.
 - c) Caso Janaína proponha a Mariana entregar-lhe um anel de ouro, mais valioso, em vez de um anel de prata, Mariana será obrigada a receber o anel de ouro como pagamento.
 - d) Mariana não poderá consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
 - e) Caso Mariana não puder, ou sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma, Janaína poderá valer-se do pagamento em consignação.
- 18) De acordo com o teor literal do parágrafo único do artigo 421 do Código Civil, incluído pela Lei n.º 13.874/2019, nas relações contratuais privadas, prevalecerão:**
- a) o princípio da impossibilidade absoluta de intervenção e a vedação à revisão contratual.
 - b) o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
 - c) o princípio da intervenção razoável e a normalidade da revisão contratual.
 - d) o princípio da intervenção máxima e a obrigatoriedade da revisão contratual.
 - e) os princípios da economia planificada.
- 19) No que concerne à suspensão e à interrupção da prescrição de obrigações solidárias, assinale a alternativa incorreta:**
- a) a interrupção da prescrição efetuada por um dos credores solidários aproveita aos outros.
 - b) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita aos outros, ainda que a obrigação seja divisível.
 - c) a interrupção da prescrição efetuada contra o devedor solidário envolve os demais devedores.
 - d) a interrupção da prescrição efetuada contra o devedor solidário envolve os herdeiros dos demais devedores.
 - e) a interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

- 20) As ações correspondentes a direitos pessoais de caráter patrimonial são consideradas, para os efeitos legais, como:
- bens imóveis.
 - bens imóveis *sui generis*.
 - bens móveis.
 - bens semoventes.
 - pertenças.
- 21) No que concerne à responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta, segundo a jurisprudência predominante:
- É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e de dano moral.
 - A pessoa jurídica pode sofrer dano moral, desde que demonstrada ofensa à sua honra objetiva.
 - A pessoa jurídica de direito público é titular de direito à indenização por dano moral relacionado à ofensa de sua imagem.
 - É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.
 - A inscrição indevida em cadastro de inadimplentes configura dano moral *in re ipsa*.
- 22) No que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta, segundo a jurisprudência predominante:
- A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, devendo ser comprovados a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade.
 - É objetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.
 - O Estado possui responsabilidade objetiva nos casos de morte de custodiado em unidade prisional.
 - O Estado responde objetivamente pelo suicídio de preso ocorrido no interior de estabelecimento prisional.
 - O Estado possui responsabilidade civil objetiva por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário, ainda quando os danos não decorram direta ou imediatamente do ato de fuga.
- 23) Bruno celebrou negócio jurídico de remissão de uma dívida na qual figurava como credor de Fabiano. Todavia, sem que Bruno soubesse, ficou reduzido à insolvência por tal negócio jurídico. Do exposto:
- O negócio jurídico não poderá ser anulado, uma vez que Bruno agiu de boa-fé.
 - Os credores quirografários posteriores ao tempo do negócio jurídico poderão pleitear a anulação do negócio jurídico por lesão.
 - Os credores quirografários que já o eram ao tempo do negócio jurídico poderão pleitear a anulação do negócio jurídico em tela por lesão.
 - Os credores quirografários que já o eram ao tempo do negócio jurídico poderão pleitear a anulação do negócio jurídico em tela por fraude contra credores.
 - Os credores quirografários que já o eram ao tempo do negócio jurídico poderão requerer que seja declarada a nulidade absoluta do negócio jurídico em tela por simulação.
- 24) Em relação à prescrição em face da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:
- O Superior Tribunal de Justiça definiu que prescreve em três anos todo e qualquer direito ou ação movida contra a Fazenda Pública, inclusive indenização por reparação civil.
 - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em dez anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

- c) Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.
- d) O Supremo Tribunal Federal decidiu que são prescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) No que concerne à prescrição para aplicar a penalidade no processo administrativo disciplinar, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que os prazos penais se aplicam às infrações disciplinares capituladas como crime somente se houver apuração criminal da conduta do servidor.

25) O artigo 50 do Código Civil estabelece que em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. Todas as hipóteses seguintes permitem a desconsideração da personalidade jurídica, exceto:

- a) A utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- b) O cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- c) A transferência de ativos ou de passivos entre os sócios e a sociedade sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- d) Atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- e) A expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

26) Sobre os direitos da personalidade, marque a alternativa correta:

- a) A liberdade de expressão não goza de posição preferencial em relação aos direitos da personalidade no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, com prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- c) As pessoas podem ser constrangidas a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, caso o médico entenda necessário.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.
- e) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

27) Segundo o Código Civil, considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Sobre o tema é correto afirmar, exceto:

- a) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) Há expressa vedação de que o empresário individual venha a admitir sócios.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- e) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

28) Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre os bens públicos, marque a alternativa correta:

- a) O descumprimento de encargo estabelecido em lei que determinara a doação de bem público enseja, por si só, a sua desconstituição.
- b) Terras em faixas de fronteira e aquelas sem registro imobiliário são, por si só, terras devolutas, não cabendo ao ente federativo comprovar a titularidade desses terrenos.
- c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, mas dá direito de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- d) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, mas são suscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.
- e) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo revela dano presumido à coletividade, mediante prova de prejuízo em concreto.

29) O Código Civil estabelece que a pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos. A norma diz respeito ao seguinte instituto:

- a) Imputação do pagamento.
- b) Vícios redibitórios.
- c) Arras.
- d) Consignação em pagamento.
- e) Dação em pagamento.

30) Sobre a sociedade limitada, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) A sociedade limitada não pode ser constituída por 1 (uma) pessoa.
- c) A sociedade limitada rege-se, nas omissões do capítulo próprio do Código Civil, pelas normas da sociedade simples.
- d) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- e) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

31) A respeito das Normas Fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio do acesso à justiça, por indicar a priorização da solução de conflitos pela via judicial, veda a adoção dos chamados métodos consensuais de solução de controvérsias;
- b) O princípio do contraditório, na sua atual concepção, engloba não apenas o binômio informação-reação, mas também o direito de influência;
- c) A isonomia processual não garante paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos ou faculdades processuais, a qual está submetida à discricionariedade judicial;
- d) Em decorrência do princípio da legalidade, nenhum ato processual viciado pode ser convalidado, ainda que seu fim tenha sido atingido e não haja prejuízo às partes;
- e) Em razão do princípio da publicidade, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário devem ser públicos, sem qualquer exceção.

32) João, residente e domiciliado em Nova Iguaçu/RJ, resolveu passar o final de semana com sua família na Região dos Lagos. Enquanto estava dirigindo seu veículo em São Pedro da Aldeia/RJ, envolveu-se em um acidente com Pedro, que é residente e domiciliado em São Gonçalo/RJ. Considerando que Pedro desrespeitou um sinal vermelho, João pretende ajuizar uma ação indenizatória em face de Pedro para ver

ressarcidos os danos que lhe foram causados. Diante desses fatos, a ação deve ser proposta:

- a) Perante a Justiça Federal, exclusivamente na subseção de São Gonçalo/RJ;
- b) Perante a Justiça Estadual, na comarca de São Pedro da Aldeia/RJ ou na comarca de São Gonçalo/RJ;
- c) Perante a Justiça Estadual, na comarca de Nova Iguaçu/RJ ou na comarca de São Pedro da Aldeia/RJ;
- d) Perante a Justiça Estadual, exclusivamente na comarca de São Gonçalo/RJ;
- e) Perante a Justiça Federal, na subseção de São Pedro da Aldeia/RJ ou na subseção de São Gonçalo/RJ.

33) Analisando as 4 (quatro) proposições abaixo, indique a única alternativa CORRETA:

I – As questões preliminares não se confundem com as prejudiciais.

II – A incompetência absoluta não pode ser declarada de ofício.

III – As questões prejudiciais nunca fazem coisa julgada.

IV – Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar ausência de legitimidade ou de interesse processual.

- a) I e III são verdadeiras;
- b) II e III são verdadeiras;
- c) I e IV são verdadeiras;
- d) III e IV são verdadeiras;
- e) Apenas a I é verdadeira.

34) Acerca do regime de prazos processuais no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte;
- b) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo-se o dia do começo e o dia do vencimento;
- c) Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo;
- d) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa;
- e) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

35) Para atacar decisão interlocutória que verse sobre o mérito do processo, proferida pelo juízo de primeira instância, é cabível o recurso de:

- a) Embargos de divergência;
- b) Agravo de instrumento;
- c) Agravo interno;
- d) Recurso ordinário;
- e) Apelação.

36) Em que hipótese, dentre as indicadas abaixo, os efeitos da revelia se aplicam à Fazenda, se ela tiver ficado como *revel* no processo?

- a) litisconsórcio passivo, sendo que um dos réus ofereceu contestação;
- b) alegações de fato da inicial verossímeis e compatíveis com as provas dos autos;
- c) petição inicial de ação reivindicatória desacompanhada de documento (por exemplo: escritura pública) que comprove a propriedade do bem reivindicado;
- d) lide envolvendo discussão acerca de direitos indisponíveis;
- e) alegações de fato da inicial contradizendo as provas constantes dos autos.

37) Em apenas um dos casos abaixo, a ação judicial indicada será cabível em um Juizado Especial de Fazenda Pública. Qual é essa hipótese?

- a) mandado de segurança contra pena de demissão imposta a um servidor público civil;

- b) ação ordinária de indenização contra o DETRAN-RJ envolvendo matéria de fato cuja comprovação demande perícia complexa;
- c) execução fiscal;
- d) ação de improbidade administrativa;
- e) ação ordinária de indenização contra a Fundação DER-RJ envolvendo apenas matéria de direito, com pedido de valor inferior a 20 salários-mínimos.

38) Todas as opções seguintes são marcas características da jurisdição, em nosso País, menos uma. Indique a opção errada:

- a) a jurisdição, como regra geral, só é exercida mediante provocação;
- b) a jurisdição é uma função eminentemente estatal;
- c) a sentença substitui a vontade dos litigantes;
- d) a jurisdição é compatível com a autotutela de direitos;
- e) a função jurisdicional não cria direitos, mas apenas declara direitos preexistentes.

39) Qual das opções abaixo não é um pressuposto processual?

- a) capacidade de estar em juízo;
- b) juiz leigo encarregado da conciliação;
- c) capacidade postulatória;
- d) regularidade formal da demanda (partes, pedido e causa de pedir);
- e) juízo investido de jurisdição;

40) Em qual das situações indicadas abaixo o juiz poderá deferir a petição inicial?

- a) formulação de pedido genérico em ação universal, quando o autor não tem condições de individualizar todos os bens objeto do pedido;
- b) os fatos narrados na inicial não levam, logicamente, ao pedido formulado;
- c) o pedido descrito na petição inicial não se mostra compatível com a causa petendi;
- d) a via processual escolhida pelo autor é inadequada para a pretensão deduzida;
- e) a pessoa indicada como réu é manifestamente ilegítima.

LÍNGUA PORTUGUESA

Consumo Sustentável

Ricardo Macha, EcoDebate, 31/08/2011

Nos últimos anos, verificamos alguns avanços na forma de pensar e agir do ser humano. O grande desafio é motivar e modificar o pensamento das pessoas em relação ao consumo.

A Mãe Terra sofre com as péssimas condições de seu meio. Nosso planeta, com recursos naturais vastos, mas finitos, sofre uma degradação ambiental antiga e contínua. O ser humano, principal ator da degradação ambiental, sofre as consequências do desrespeito ao meio ambiente em sua vida. A mudança de atitudes na sua postura em relação ao meio ambiente é fundamental para que haja uma transformação.

Não resta a menor dúvida: estamos diante de um modelo de produção e consumo nitidamente insustentável, já que consumimos 25% a mais de recursos naturais do que o planeta consegue repor. Isto é, a Terra não está conseguindo repor ar respirável, água limpa e terras saudáveis, além de não estar conseguindo absorver os resíduos produzidos pela humanidade a uma velocidade compatível com o seu uso ou produção. E isso acontece quando dos quase sete bilhões de habitantes da Terra, somente 1,7 bilhão aproximadamente conseguem consumir sem restrições. Se todas as pessoas do mundo consumissem como os habitantes mais ricos, seriam necessários quatro planetas Terra para atender a demanda.

Da relação existente entre as cadeias de produção e o consumo surge a necessidade de refletir sobre o processo do consumo sustentável. Consumo sustentável é o ato de adquirir, utilizar e descartar bens e serviços com respeito ao meio ambiente e à dignidade humana. Consumo Sustentável quer dizer saber usar os recursos naturais para satisfazer as nossas necessidades, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. (Relatório Brundtland, 1987).(...)

O consumo sustentável depende da disponibilidade de bens e serviços sustentáveis. Assim existe um binômio, a produção sustentável está associada ao consumo sustentável. O que produzir, descartável ou retornável? Para que produzir, para suprir as necessidades ou para ostentação e acúmulo de capital? E para quem produzir, para uma minoria dominante ou maioria excluída? E como consumir? A adesão ao consumo sustentável se faz questionando como, por que, o que, de quem comprar, como usar e como descartar. Ou seja, implica, necessariamente, a redução do volume de bens e serviços produzidos e a maneira de consumo da sociedade.

Adquirir apenas o necessário para uma vida digna; minimizar o desperdício e a produção de rejeitos e resíduos; consumir apenas bens e serviços produzidos que não agridam o meio ambiente; motivar processos agrícolas (principalmente a agricultura familiar, cooperativas, comércio justo); proporcionar políticas que se preocupem com questões sociais, culturais e ambientais tanto na produção como na administração mediante parâmetros éticos e conhecer o Ciclo de Vida dos Produtos (CVP), mediante selo de certificação são algumas das ações em prol do consumo sustentável.

O problema é que existe uma relação inversa entre aqueles que têm acesso aos bens e serviços de consumo, originados com base na obtenção, direta ou indireta, dos recursos naturais, e aqueles que sofrem com a degradação do meio ambiente causada pelos primeiros.

Forma-se assim um "apartheid ambiental": de um lado, está a parcela da sociedade que tira de inúmeras formas proveito do meio ambiente, por ter a propriedade dos bens naturais e por poder adquirir os bens e serviços, ao passo que, do outro, restou a parcela da sociedade que, além de não conseguir tal acesso, ainda é obrigada a arcar com o passivo ambiental alheio (externalidades).

O conceito adequado de sustentabilidade remete a uma dimensão mais ampla e que extrapola esta visão egoísta dos que faturam com a ciranda financeira, com a especulação, a doença do lucro, com o sobe e desce das taxas de juros e do câmbio. O consumo sustentável tem ligação com responsabilidade social, não com investimento. Sustentabilidade é algo que reside na alma e não apenas uma ferramenta que engorda a conta bancária. (...)

<https://www.ecodebate.com.br/2011/08/31/consumo-sustentavel-artigo-de-ricardo-machado/>

41) Analise as citações e indique quais delas estão em consonância com a intenção do autor .

I. "... e então, eu tenho natureza e arte e poesia, e se isso não for suficiente, o que é suficiente?" Vincent Van Gogh

II. "Rico é aquele que sabe ter o suficiente" Lao Tze

III. "A natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas folhas." Johann Goethe

IV. "Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome". Mahatma Gandhi

- a) I e III
- b) I e IV
- c) II e III
- d) I e II
- e) II e IV

42) O terceiro período do terceiro parágrafo do texto –"E isso acontece quando dos quase sete bilhões de habitantes da Terra, somente 1,7 bilhão aproximadamente conseguem consumir sem restrições" –, em relação ao período anterior, tem a função de:

- a) corroborar com informações sobre a escassez de recursos do planeta Terra, documentando numericamente o consumo da população mundial.
- b) acrescentar uma informação de caráter oficial, dando autoridade ao texto e evidenciando um modelo de consumo sustentável.
- c) comprovar o modelo de produção e consumo, destacando o consumo das pessoas mais pobres.

- d) comparar o número de vítimas da escassez com o modelo de produção e consumo, demonstrando objetivamente o que foi dito.
- e) demonstrar a imparcialidade do autor, apelando para um dado de caráter objetivo.

43) Segundo as pistas discursivas do texto Consumo Sustentável, podemos assinalar que há um comentário destoante do ponto de vista do autor em:

- a) O ser humano, embora seja o principal ator da degradação do Planeta, não revela interesse em modificar seus hábitos consumistas.
- b) Não resta a menor dúvida de que a relação entre a deterioração do meio ambiente nada tem a ver com o modelo de produção responsável pelo desenvolvimento das cidades modernas.
- c) O consumo deve estar equilibrado com os projetos de produção, visando à manutenção da qualidade da vida humana.
- d) Para uma gestão compatível com a mudança qualitativa da produção, tendo em vista a implantação do consumo sustentável, é fundamental um diálogo harmonioso entre quem produz e os que consomem.
- e) Minimizar o consumo e evitar o desperdício são comportamentos cooperativos para o desenvolvimento de uma nova mentalidade voltada para o consumo sustentável.

44) Podemos inferir que a progressão temática do texto “Consumo Sustentável” constitui-se predominantemente como:

- a) um texto argumentativo cujas provas estatísticas e exemplos dão suporte à defesa de opiniões, a partir de uma ordenação de argumentos e contra-argumentos.
- b) um texto narrativo cuja apresentação dos fatos convence pela coerência do enredo e verossimilhança com a realidade.
- c) um texto descritivo cuja sequência de aspectos motiva os leitores a tomarem partido sobre a questão em tela.
- d) um texto expositivo, no qual há um enredo construído sob a sequência de fatos e de aspectos no tempo e o espaço.
- e) um texto injuntivo, cuja sequência retórica visa a dar ênfase à expressão do autor.

45) “A adesão ao consumo sustentável se faz questionando como, por que, o que, de quem comprar, como usar e como descartar. Ou seja, implica, necessariamente, a redução do volume de bens e serviços produzidos e a maneira de consumo da sociedade.”

A forma mais adequada de reescrevermos o trecho acima, respeitando-se o sentido original, é:

- a) Questiona-se como, por que, o que, de quem comprar, como usar e como descartar quando se pretende avaliar, projetar uma nova forma de consumo da sociedade.
- b) A redução do volume de bens e serviços depende do consumo da sociedade e da sustentabilidade.
- c) Como, por que, o que, de quem comprar, como usar e como descartar são questões que resultam indiretamente na adesão ao consumo.
- d) Refletir sobre por que, o que, de quem comprar, como usar e como descartar favorecem não só a redução de bens e serviços produzidos, como evidenciam uma nova postura de consumo da sociedade.
- e) A maneira de consumo da sociedade depende da redução do volume de bens e serviços produzidos ao se questionar o consumo desenfreado dos homens.

46) Preste atenção aos termos destacados nos segmentos a seguir. Dentre eles, há um comentário que não condiz com o fato linguístico e discursivo a que se refere. Assinale-o:

- a) “Assim existe um binômio, a produção sustentável está associada ao consumo sustentável” “A gramática normativa da Língua Portuguesa permite substituir, sem perda de mudança de sentido, esse verbo pelo verbo “há” do verbo haver.”

- b) "(...) **implica**, necessariamente, a redução do volume de bens e serviços produzidos(...)"
O verbo sublinhado possui a mesma regência verbal, como a do exemplo: O guarda florestal implica com os que não respeitam o meio ambiente.
- c) "(...) conhecer o Ciclo de Vida dos Produtos (CVP) _ "Trata-se de uma sigla: uma palavra que se forma com as letras iniciais de uma frase ou de uma expressão.
- d) "**Da relação existente entre cadeias de produção e consumo surge a necessidade de refletir(...)**" _ há uma relação, respectivamente, de causa e efeito na contiguidade desses segmentos.
- e) "**Ou seja**, implica, necessariamente, a redução do volume de bens e serviços produzidos(...)" _ trata-se de um modalizador discursivo com a função alternativa.

47) Assinale a opção em que os segmentos destacados não estabelecem conexão de sentido:

- a) A Mãe Terra sofre com as péssimas condições de seu meio.
- b) O **ser humano**, principal ator da degradação ambiental, sofre as consequências do desrespeito ao meio ambiente em sua vida.
- c) **Isto é, a Terra não está conseguindo repor(...)**. E isso acontece quando dos quase sete bilhões de habitantes vida da Terra (...)
- d) (...) consumir apenas bens e serviços produzidos **que não agridam o meio ambiente.**
- e) (...) **aqueles que sofrem(...)**

48) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das frases:

- I. Consumindo moderadamente, você agirá com _____.
- II. Os índices de consumo da sociedade são _____.
- III. Os produtores desrespeitosos de resíduos e rejeitos devem _____ suas falhas.
- IV. O governo _____ o selo de certificação para algumas empresas em função do modelo de produção sustentável.
- V. A falta de reflexão sobre o consumo exagerado _____-lhe um duro castigo.
- a) discricção - vultuosos - espiar - diferiu - infringiu
- b) descrição - vultosos - expiar - deferiu - infligiu
- c) discricção- vultosos- expiar- deferiu-infligiu
- d) descrição - vultuosos - espiar - diferiu - infringiu
- e) discricção - vultuosos - espiar - deferiu - infligiu

49) "Se todas as pessoas do mundo consumissem como os habitantes mais ricos, seriam necessários quatro planetas Terra para atender a demanda."

Na enunciação discursiva, os termos sublinhados são marcadores linguísticos com as respectivas funções de:

- a) adição /finalidade
- b) consequência /causa
- c) concessão /proporcionalidade
- d) comparação/ temporalidade
- e) condição/ comparação

50) Considerando-se que há palavras variáveis e palavras invariáveis na língua portuguesa, qual é a frase que está em desacordo com a norma-padrão, no que diz respeito à concordância?

- a) Estamos todos alerta em relação ao consumo sustentável na sociedade atual.
- b) A população está meio descrente com as empresas que só pensam na ciranda financeira e não se comprometem com as necessidades das futuras gerações.
- c) A preocupação volta-se para os bastantes resíduos produzidos pela humanidade incompatíveis com a preservação do planeta.
- d) Na concepção do consumo sustentável, é proibido a doença do lucro.
- e) Há uma parcela da sociedade que tira de inúmeras formas proveito do meio ambiente. Eles mesmos reconhecem a facilidade de adquirir a propriedade dos bens e serviços.